

**JOSÉ
MAPURUNGA**

Bom Jardim



Coleção Pajé



Bom Jardim



Obra realizada com o apoio da Prefeitura Municipal de Fortaleza,
por meio da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza – Secultfor.

Prefeito de Fortaleza
Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra

Vice-Prefeito de Fortaleza
Gaudêncio Gonçalves de Lucena

Secretário Municipal de Cultura de Fortaleza
Francisco Geraldo de Magela Lima Filho

Secretária-Executiva
Paola Braga de Medeiros

Assessora de Políticas Culturais
Nilde Ferreira

Assessor de Planejamento
Inácio Carvalho de A. Coelho

Assessora de Comunicação
Paula Neves

Assessor Jurídico
Vitor Melo Studart

Coordenadora de Ação Cultural
Germana Coelho Vitoriano

Coordenador de
Criação e Fomento
Lenildo Monteiro Gomes

Coordenador de Patrimônio
Histórico e Cultural
Jobert José de Souza Pinto

Coordenador
Administrativo-Financeiro
Rosanne Bezerra

Diretora da Vila das Artes
Claudia Pires da Costa

Diretora da Biblioteca Pública
Dolor Barreira
Herbênia Gurgel

Secretário da Regional V
Júlio Ramon Soares



José Mapurunga

Bom Jardim



Copyright © 2015, José Mapurunga

Concepção e Coordenação Editorial
Gylmar Chaves

Projeto Gráfico e Diagramação
Khalil Gibran

Revisão
Milena Bandeira

Fotos da Capa e Contracapa
Sheila Oliveira

Consultoria Técnica
Adson Pinheiro/ Graça Martins

Catálogo na Publicação

Bibliotecária: Perpétua Socorro Tavares Guimarães CRB 3 /801

M 298 B Mapurunga, José

Bom Jardim, José Mapurunga - Fortaleza: Secultfor, 2015.

80p.

(Coleção Pajeú)

ISBN: 978-85-420-0586-8

1. Memórias

2. Crônicas

3. Título

CDD: 869.4

Sumário

Prólogo 7

Carnaubal e Casinhas 9

Antes, Fazendas e Sítios 12

Alma Sertaneja 17

João Edmilson 19

Edgar 22

Rua dos Movimentos Sociais 27

Marileide 30

Padre Marco 35

Ponto de Memória 40

Dona Iolanda 46

Caio 49

Padre Rino 53

Cultura e Terapia Comunitária 57

Ana Paula 58

Natália 61

Pai Neto 65

Adaías 73

Epílogo 77

Referências Bibliográficas 78

Prólogo

O conceito de urbe, para os antigos, significava a parte construída de uma cidade, envolvendo as moradias, ruas, praças, templos religiosos, prédios públicos, jardins, espaços de lazer, estátuas e outros. Já o conceito de cidade propriamente dito, referia-se, exclusivamente, aos habitantes da urbe. Essa diferenciação vista em *A Cidade Antiga*, o clássico livro escrito pelo historiador Fustel de Coulanges, no século XIX, serviu de base para definir o rumo que tomei ao escrever este opúsculo sobre o Grande Jardim. Nesse rumo, centralizei a narrativa principalmente nas gentes que habitam essa parte de Fortaleza que me passa a imagem de uma cidade dentro de outra.

São histórias de vida que se confundem com a história do bairro. De João Edmilson que lidava com gado em Feiticeiro; de Edgar que veio da Urucutuba na seca de 1958; de Marileide vinda de Ocara; de Caio, que é proveniente do Iguatu; de dona Iolanda, filha de Limoeiro do Norte; de Ana Paula e Natália, fortalezenses filhas de pais sertanejos; de Pai Neto, nascido em Maranguape, em uma das andanças do pai tangerino; dos padres Marco e Rino nascidos em cidadezinhas dos frios sertões do norte da Itália.

Além destes, agradeço as preciosas informações que obtive em conversas com a cantora Eliane Brasileiro e com o filósofo Joaquim Araújo, como também agradeço aos sociólogos Adriano Paulino e Francisco Giovani Pimentel Moreira, que, tendo em vista minhas pesquisas, gentilmente me ofereceram seus respectivos trabalhos acadêmicos.



Carnaubal e Casinhas



Pelo começo da década de 1960, por algum motivo que não me recordo, pus, pela primeira vez, os pés no Bom Jardim. Provavelmente fui com meu pai, que nessa época gostava de comprar lotes de terra nos bairros que iam surgindo em Fortaleza. Eu devia ter uns oito ou nove anos, e as lembranças me chegam hoje como se fossem fragmentos de um sonho recente. Lembro-me de uma casinha de taipa, de um dia ensolarado, e que fiquei exausto depois de uma longa caminhada de ida e volta através de um carnaubal que parecia não ter fim. Lembro-me que a aparência do local contrariou minha expectativa infantil, que era a de um imenso jardim repleto de flores. Depois, mais ou menos em 1969, voltei ao Bom Jardim pela segunda vez com alguns jovens secundaristas do movimento estudantil para uma reunião na casa de um militante residente na área. Dessa época, as mesmas lembranças esparsas de um ambiente rural, pontilhado de casinhas.

Nos anos seguintes, passava ao lado, na ponte sobre o rio Siqueira, quando ia com minha família ou com amigos tomar banho na Cascatinha ou na Pirapora, em

Maranguape. Ao olhar à direita, vendo a curvinha que saía da estrada e adentrava na rua Oscar Araripe, eu sentia que ali era a entrada de um mundo especial, algo fora do espaço da cidade onde eu morava e fora dos parâmetros do interior conhecidos por mim.

No início da década de 1980, como assessor da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza em um projeto de alfabetização pelo método Paulo Freire, fui algumas vezes ao Bom Jardim. Aí tive oportunidade de visitar pessoas, caminhar pelas ruas, participar de reuniões e conversar com lideranças comunitárias. Entre estas, dona Débora, uma senhora então quase octogenária, que nas décadas de 1930 e 1940 tinha sido uma destacada e perseguida militante do Partido Comunista Brasileiro. Ela residia em uma casa ladeada por amplo terreno, mais ou menos próxima da pista para Maranguape, atual Osório de Paiva. Escancarando um sorriso sincero, dona Débora nos recebeu, hospitaleira, servindo-nos café e biscoitos em uma longa reunião que tivemos à sombra das árvores do seu aprazível quintal.

As lembranças mais recentes evocam dias de 2008, quando cheguei ao Bom Jardim com o intuito de obter informações para um texto sobre circos que fazem temporadas pela periferia de Fortaleza. Assim, tomei conhecimento que três desses circos naquele momento estavam na área. Visitei um deles. Era um belo exemplo de grupo circense de parques recursos, constituído por três gerações de uma

mesma família, todos multifuncionais, ora atuando como malabaristas, ora contracenando com o palhaço, e fora de cena vendendo roletas de cana aos expectadores. São grupos circenses cujas tralhas são puxadas pelos bairros por Opalas da década de 1970, de poderosos motores. Provavelmente um raro lazer para os moradores da periferia, ao preço de um real a entrada. A lona estava armada no alto de um descampado de onde se avistava serranias de Maranguape, tão próximas e, ao mesmo tempo, inacessíveis.

Mas a lembrança que me ocorreu quando fui convidado pelo Gylmar Chaves para escrever um livro sobre o Bom Jardim, da Coleção Pajeú, dizia respeito a um documentário que escrevi a pedido da produtora de vídeos Nosso Chão. Era um documentário sobre socioeconomia solidária no bairro, dando enfoque aos microempreendimentos de mulheres. Foi mais ou menos em 1999 ou 2000. Recordando-me do Nosso Chão e deste trabalho, liguei para meu amigo padre Marco, muito ligado aos movimentos sociais do Bom Jardim. Foi ele que viabilizou meu contato com lideranças comunitárias, permitindo assim a construção da história do bairro a partir de algumas histórias resumidas de seus moradores. Através dessas narrativas de vidas tenho a intenção de mostrar o que foi e o que é o Bom Jardim.

Antes, Fazendas e Sítios

Sobre a origem do bairro Bom Jardim, sabe-se que remonta aos anos de 1961 e 1962, quando um empreendimento imobiliário dividiu uma área rural em lotes. Só isso bastou para que os terrenos começassem a ser vendidos. Foi quando a vasta área foi cortada por largas ruas de barro, que eram tomadas pelo mato no inverno, quando não por crateras provocadas pelas enxurradas. Ou por poças que dificultavam o trânsito de pessoas e dos poucos carros que iam ao bairro. Eram ruas abertas pela prefeitura, pois, conforme a legislação urbana da época, essa tarefa não cabia à imobiliária. Entre o loteamento e as áreas urbanas mais próximas, caso Parangaba, um mundo de matas pontilhados aqui e acolá por casas de sítios ou de fazendas.

Fortaleza, à época, era uma cidade onde os arranha-céus existentes se contavam com os dedos e orgulhavam seus habitantes. A capital cearense era ainda uma cidade onde as lojas, armarinhos e magazines se concentravam no centro e, assim como as muitas bodegas existentes nos bairros, fechavam na hora do almoço. Bairros como Montese, Itaoca, Quitandinha, Parque Americano, Urubu (atual Carlito Pamplona) eram subúrbios imersos em dias que transcorriam iguais, embalados por uma melancólica amplificadora com um repertório de tristonhas canções de

amor. Esses bairros, embora não muito afastados do coração da cidade, eram distantes quanto ao padrão urbano em relação ao centro e seus arredores. Era aí que se concentravam cinemas, teatros, escolas, serviços de saúde e companhias imobiliárias, como a que deu origem ao Bom Jardim. Hábito comum entre os moradores dos subúrbios e do centro era colocar cadeiras na calçada e falar bem ou mal da vida alheia.

Um dado interessante é que, pelo censo de 1960, Fortaleza possuía cerca de 500 mil habitantes. No censo de 1950, tinha cerca de 270 mil habitantes. Em dez anos, portanto, quase que dobrou sua população. Esse rápido crescimento demográfico foi empurrado pelos anos secos da década de 1950, o que levou um número significativo de sertanejos a correr para Fortaleza. Foi época de grandes empreendimentos imobiliários para alojar tanta gente vinda do interior. No Bairro de Fátima, avenida Bezerra de Menezes e na Aldeota lotes iam sendo vendidos aos mais ricos, então desiludidos com o interior e atraídos pelo que a cidade grande podia oferecer: universidade para os filhos (a UFC foi criada nesse tempo), clubes elegantes, cinemas luxuosos, além da aproximação física com o poder político. Já o enorme contingente de pobres mais pobres, movido pela necessidade de sobreviver, ia ocupando terrenos na Colônia, Floresta, Ububu, Casas Populares (atual Henrique Jorge), Pan Americano, Pici, Bonsucesso. Aí está, portanto,

o motivo do loteamento que deu origem ao bairro do Bom Jardim, que começou com um empreendimento imobiliário da família Frota Gentil, destinado aos sertanejos pobres que trocavam a agricultura pelo trabalho na indústria e em outras atividades urbanas. Gente que se transferia para Fortaleza na década de 1950 e gente que continuava a chegar às décadas seguintes.

Tendo em vista essa expansão demográfica da cidade, foi que nesse período Fortaleza ganhava a avenida Perimetral, obra do prefeito Cordeiro Neto, que hoje, em seu trajeto, tem várias denominações e margeia o Bom Jardim na altura do Posto Carioca. Cortando matas que iam do Mucuripe a Barra do Ceará, passando por Messejana, Mondubim, Siqueira e Barro Vermelho (atual Antônio Bezerra), a Perimetral, hoje indispensável, era duramente criticada por políticos e jornalistas de oposição, como obra dispendiosa e sem nenhuma utilidade. Estes a denominavam *avenida das onças*.

Nesse período, deu-se a compra acelerada de sítios e fazendas existentes nas áreas ainda rurais de Fortaleza, tendo em vista a instalação de loteamentos que atendessem a enorme demanda por moradias. Um estudo de caso do sociólogo Francisco Giovanni Pimentel Moreira, focando o capital imobiliário e a produção urbana em Fortaleza entre 1950 e 1970, mostra que no período em foco três grandes imobiliárias praticamente monopolizavam o comércio de

lotes nos arredores da cidade: A Imobiliária Waldir Diogo (Praia do Futuro), Grupo Empresarial Patriolino Ribeiro (atual Dionísio Torres e Água Fria) e o grupo comandado por João Gentil (Região do Grande Bom Jardim).

O trabalho de Giovani oferece informações sobre as compras de algumas propriedades que hoje compõem o território do Grande Bom Jardim, pela imobiliária comandada por João Gentil: a compra, em abril de 1957, da propriedade rural de aproximadamente 42 hectares, pertencente a Zeferino Oliveira de Araújo, que foi transformada no loteamento Parque Santo Amaro; a compra a Vicente Souza, em setembro de 1957, de propriedade rural de aproximadamente 08 hectares, que originou o loteamento São Vicente; a compra da fazenda Bom Jardim, situada no distrito de Parangaba, com uma área de 250 hectares, adquirida do comerciante José Augusto Torres Portugal e transformada no loteamento Granja Portugal.

Na trajetória de seus investimentos imobiliários rumo ao sudoeste de Fortaleza, a imobiliária da família Gentil adquiriu, na segunda metade da década de 1940, os terrenos que deram origem ao loteamento que originou o bairro Pan Americano. Em seguida, em 1949, adquiriu o sítio de propriedade da família da escritora Rachel de Queiroz e implantou o loteamento Pici. Mais tarde, foi a vez do loteamento Bonsucesso. Mais ao sul do Bonsucesso, além das propriedades já citadas, outras foram adquiridas

na década de 1950 e início da década de 1960, daí surgindo loteamentos com nomes comerciais, como Granja Bom Jardim, Parque Santa Cecília e Parque Santa Rosa. Tomamos conhecimento que, além de João Gentil, Ivan Carioca também loteou na área terrenos que integravam a fazenda de sua família que hoje compõem o território do Grande Bom Jardim.

Falemos agora dos primeiros tempos. Para se chegar de carro do centro de Fortaleza ao novo loteamento havia basicamente um caminho: a avenida João Pessoa, conhecida como Avenida da Morte, devido aos acidentes letais que nela ocorriam, de número insignificante para os padrões de hoje. Chegando a Parangaba, que em tudo parecia uma povoação fora de Fortaleza, com suas casas do tempo do império, suas chácaras e sítios verdejantes, a estrada prosseguia no rumo de Maranguape. Na ponte que hoje referencia a entrada para o Bom Jardim, os provenientes de Fortaleza desciam e seguiam no rumo do poente, por um mundo fortemente dominado pelo verdor das matas. Talvez as mesmas matas nas quais o historiador Gustavo Barroso passou, em 1908, quando, a cavalo, vindo do centro de Fortaleza, dirigia-se à fazenda de uns parentes dele nas cabeceiras do Rio Ceará. Talvez os mesmos terrenos nos quais, no século XVII, havia uma fazenda de gados que, segundo a lenda, servia aos holandeses que exploravam as supostas minas de prata da serra de Maranguape.

Alma Sertaneja

Sobre os primeiros moradores do Bom Jardim, com base nas informações sobre a evolução demográfica de Fortaleza, podemos afirmar, com pouca possibilidade de erro, que eram sertanejos pobres que vieram para Fortaleza nos anos de 1950, uma década escassa de chuvas para as lavouras. Ou vieram diretamente do sertão para o loteamento ou tinham passado por outras periferias da cidade antes de adquirirem seus lotes. Eram, portanto, acostumados aos rigores de uma vida sem energia elétrica e água encanada. Chegavam para morar mais próximos das fábricas e de postos de trabalho inexistentes no sertão e que estavam relativamente perto do Bom Jardim, principalmente em Parangaba. Vinham, também, diretamente de sertões próximos e distantes, ou até mesmo de áreas rurais circunvizinhas, buscando um lugar no que adivinhavam ser futuramente parte da cidade. Tornavam-se, assim, quase pracionos, embora mantivessem a alma sertaneja ainda hoje latente na periferia de Fortaleza.

Em análise dos contratos de promessas de compra e venda dos loteamentos iniciais da área, feita por Francisco Giovanni Pimentel Moreira, a categoria ocupacional mais citada era a operária. Segundo o mesmo autor, a maioria dos que compraram terrenos tinha salário fixo, de modo

que poderiam pagar as prestações do terreno. É sobre dois desses moradores iniciais, João Edmilson e Edgar, que verdadeiramente podem ser incluídos entre os primeiros moradores do bairro, que falaremos a seguir.

João Edmilson

É um senhor de fala mansa, pausada, que nasceu em Feiticeiro, um distrito de Jaguaribe, no ano de 1939. Aos oito anos de idade já madrugava para tirar leite das vacas de uma fazenda pertencente à família Diógenes, renomados proprietários de terras e criadores de gado da região. Adolescente, dedicou-se a outros cuidados com o gado, e se continuasse no sertão, provavelmente chegaria a ser vaqueiro. Porém, no ano de 1955, sua família, incluindo os avós, pais e irmãos, mudou-se para Fortaleza. Junto com eles, João Edmilson residiu em casas alugadas por diversos recantos da cidade. Lembra-se que morou no Joaquim Távora, depois no Sítio Bom Futuro, depois na Gentilândia e em outros bairros. Em Fortaleza, foi arranjando outras virações, embora vivesse contrariado. É que, no começo, tinha muita vontade de voltar para o interior para lidar com gado, mas aí acabou se acostumando e ficou.

Mais ou menos com 20 anos de idade, casou-se com uma moça de Mossoró, e com ela foi morar no São João do Tauape. De lá, mudou-se para um arrabalde distante, na Rua Maria Tomásia, hoje uma das mais chiques da Aldeota. Foi residindo aí que tomou conhecimento do loteamento no sudoeste de Fortaleza, perto da estrada para Maranguape. Viu que as prestações estavam ao alcance de

seus ganhos e fechou negócio. Era o ano de 1962. Feita a compra do terreno, improvisou uma moradia e cavou uma cacimba que, para sua dor de cabeça, deu água salobra. Felizmente, na época, entre as poucas casas da área, circulava carroças com água doce, e ele assim resolveu seu problema de ter água para beber e cozinhar, enchendo os potes todo dia.

Ele não se lembra de quem era o dono da imobiliária que lhe vendeu o terreno, mas recorda-se que pagava o seu carnê todo mês em um escritório no Edifício João Lopes, então um dos raros prédios de muitos andares da cidade, na rua Major Facundo. Conta que, como havia inflação, as prestações do terreno, que eram fixas, ficaram tão baratas que em 1965 ele quitou o terreno.

Estimulado a falar sobre os primeiros tempos do Bom Jardim, ele diz que chegou a comprar uma espingarda para caçar aos domingos, tantas eram as matas e carnaubais então existentes no entorno de sua casa. Conta que, certa vez, passeando por essas matas, trouxe uma saca cheia de atas colhidas por onde passava. Outros passeios lhe deram mamões, mangas e outras frutas. Recorda-se de uma variedade muito grande de passarinhos cantando. Eram galos-campina, sabiás, graúnas, canários da terra, azulões e outros. Perto dele, a sede da fazenda da família Carioca (nas proximidades do atual Posto Carioca). Uma de suas recordações é de uma casa grande, mais ou menos na beira

da estrada para Maranguape, hoje avenida Osório de Paiva. O que chamava atenção era o jardim muito bonito dessa casa. Ele sugere que talvez o nome do bairro possa vir daí.

Dos antigos moradores, Edmilson lembra-se de Lourival, um aposentado da estrada de ferro que depois montou dois colégios na área. Nessas escolas, vez por outra aconteciam as festas dançantes da comunidade. Como trabalhava quase no centro de Fortaleza, abastecia-se, vez por outra, no Mercantil São José, na rua Governador Sampaio, que foi o primeiro supermercado de Fortaleza. Mas, no dia a dia, era nas bodegas do bairro que comprava. Dentre os primeiros bodegueiros que abasteciam os primeiros moradores, ele cita Teodomiro, Chicão, Antonio Guarda, seu Quinca, Pedro Rocha, seu Domingo, João Itapajé, Chico Andrade, Tim, Adalberto.

João Edmilson se aposentou em 1997, mas continuou a trabalhar até o ano 2004. Diz que, nos primeiros tempos de Bom Jardim, trabalhava em uma transportadora da Praia de Iracema. Conta que saía de casa com os primeiros sinais da manhã, e quando chegava ao bairro, tinha que andar a pé, na escuridão, até sua residência, porque energia elétrica só chegou ali entre 1973 e 1974. “Era um interior brabo!”, diz, quase inaudível, com sua voz baixa, abafada mais ainda pelo barulho dos carros que transitam no sentido poente/nascente pela rua onde ele reside desde 1962, a Oscar França.

Edgar

Ele nasceu em 1940, na localidade de Urucutuba, distante uns cinco quilômetros do local onde hoje ele reside, no Bom Jardim. Nesse lugar, criou-se. E desde quando passou a se entender como gente, passou a ajudar o pai nas plantações de milho, feijão e mandioca. Seu pai trabalhava em terra alheia e pagava ao dono com parte do que produzia. Era a vida restrita e sem perspectivas dos sertanejos pobres. Sobre esse tempo, ele se recorda das poucas vezes que foi para Fortaleza. Ele diz que pegava a estrada da Urucutuba (atual rua Urucutuba), que no tempo era uma vereda, e seguia em caminhada até a atual Osório de Paiva, daí pegando o ônibus de Maranguape para Fortaleza. Ainda sobre essa estrada, ele rememora que a Urucutuba era apenas uma passagem, pois ela prosseguia até a Tucunduba, local serrano onde se produzia banana, laranja e outras frutas.

O desengano com esse modo de vida deu-se por volta de 1958, quando de uma grande seca, que trouxe muito sofrimento para ele e para outros que viviam da agricultura. Foi quando decidiu buscar outra maneira de ganhar a vida e se mudou de mala e cuia para mais próximo de Fortaleza, indo residir em uma casinha de taipa nas proximidades da atual rua Oscar Araripe, onde já residia um

cunhado seu, também retirante da seca, que para o Bom Jardim mudou-se levando as madeiras da casa que possuía na Urucutuba. Foi residindo perto desse cunhado que se casou e se estabeleceu, mudando-se para o atual endereço, na rua Fernando Augusto, no ano de 1965, quando ali tudo era mato, um lugar muito esquisito, sendo criticado pelas pessoas, inclusive pelo sogro, pelo fato de ter construído sua casa em lugar tão desabitado.

Das recordações desses primeiros anos, Edgar fala que nesse tempo foi surgindo casinhas aqui e acolá, a maioria de taipa, porque o povo dizia ser menos dispendiosa, embora mais trabalhosa de se fazer. Vez ou outra, porém, era construída uma casa de tijolos e coberta de telhas compradas nas olarias então existentes na área do bairro que atualmente é denominada de Santa Cecília. Nesses tempos iniciais, raros eram carros cruzando o bairro, exceção dos caminhões que carregavam as madeiras para o forno das olarias. Uma lembrança que guarda desse tempo era ver, na noite escura, à distância, pontos de fogo dos fornos co- sendo telhas e tijolos para uma Fortaleza que se expandia para todos os lados.

Nessa época, foi trabalhar na fábrica Siqueira Gurgel, localizada na esquina das avenidas José Bastos com Bezerra de Menezes. Era uma fábrica que produzia, além de sabão, dois produtos altamente consumidos em Fortaleza, o óleo de cozinha Pajeú e a banha de coco Cariri. Ele

era um dos que manuseava a máquina de fazer as latas desses produtos, uma máquina grande que imprimia as letras e as pinturas.

Para ir ao trabalho, de madrugada, pegava uma caminhonete na esquina das ruas Oscar França e Maria Júlia. Aos primeiros sinais da aurora, esse carro passava por Parangaba, seguia pela avenida João Pessoa até a Praça da Faculdade de Direito, dobrando à esquerda na rua Meton de Alencar até o fim da linha, no Mercado São Sebastião. Daí, ele caminhava a pé até a fábrica, enquanto os demais companheiros de viagem, comerciantes do Bom Jardim, começavam a abarrotar seus balaios com peixe, verdura, carne seca, rapadura e outros produtos procurados pelos primeiros moradores do bairro. Anos depois, deixou a Siqueira Gurgel e foi trabalhar na fábrica Brasil Oiticica, localizada na avenida Francisco Sá. Trajetória mais penosa, pois o ponto de ônibus do Bom Jardim era na Praça José de Alencar, distante uns três quilômetros da fábrica, caminho que percorria a pé, na ida e na volta, pois o seu salário era pequeno e não dava para pagar dois ônibus todo dia. Chegava em casa quase nove horas da noite, a tempo de comer e dormir, para estar no ponto na madrugada seguinte.

Indagado sobre o lazer dos primeiros moradores, Edgar responde que uma das poucas lembranças que guarda é das festinhas feitas pelo Manoel Engraxate. As danças aconteciam dia de sábado à tarde e domingo à noite.

Para chegar ao local, adentravam em uma vereda ladeada de matas. No mais, a diversão era beber cachaça nos inúmeros botequins que se instalaram na área. Relembra que, nessa época, sempre alguém chegava dizendo que tinham matado um homem ali perto. O povo corria pra lá pra ver quem era o morto e o criminoso, bem como saber detalhes do acontecimento. Eram crimes causados por motivos fúteis, principalmente durante as bebedeiras. Segundo ele, nas imediações do atual Colégio Sebastião de Abreu, aconteceram alguns desses crimes. Acrescenta que esses assassinatos mal afamavam o bairro, porém, na época, embora as ruas fossem escuras e parecessem mais estradas do sertão, não se tinha notícias de assaltos, roubos, drogas e outros malefícios dos dias atuais. Diz que, embora a vida fosse bastante difícil, pelo menos essa tranquilidade estava presente na vida dos primeiros moradores.

Ainda sobre os primeiros tempos, Edgar conta que a maioria dos primeiros moradores veio do interior e que era gente demais vinda dos sertões de Canindé, bem como de Quixadá. Ele se lembra de que, para os lados da área do bairro denominada Santa Cecília, eram muitas carnaubeiras arrancadas no fazer das ruas e nas limpas de terrenos para construir; o povo aproveitando a madeira delas para erguer suas casas. Outra lembrança é que as cacimbas eram fundas e quase sempre não davam boa água. Recorda que um tio seu era proprietário de uma parte das terras com-

pradas pela imobiliária, lugar onde se plantava e se criava bichos. Essas mesmas práticas continuaram nos primeiros tempos, pois havia muito porco, cabra, galinha e até um ou outro morador criava uma vaquinhas, e montado em um burro saía vendendo leite pelas portas. Eram as virações dos que não trabalhavam fora do bairro.

Edgar, em 1984, ingressou no quadro de funcionários do Hospital de Maracanaú, sendo hoje aposentado como funcionário público federal. Tem sete filhos e um deles reside com ele, tendo no terreno da casa uma gradeada oficina para o conserto de velhos televisores. Foi lá, na casa que ergueu em 1965 e que passou por sucessivas reformas, onde o entrevistamos em uma tarde agradável na qual raros carros passaram pela rua Fernando Augusto.

Rua dos Movimentos Sociais

Entre as praças, destacam-se as das igrejas de Santo Amaro e Santa Cecília, além de outras em bairros que integram o Grande Bom Jardim, como a Praça da Igreja do Canindezinho. E a Praça da Juventude, na Granja Portugal. As três primeiras, além de lugares de convivência, são espaços onde acontecem as festas religiosas em louvor aos santos padroeiros, e a última é ponto de lazer de jovens de várias comunidades. O bairro é cruzado pelo rio Maranguapinho e tem ainda a Lagoa da Viúva, perto da qual estão sendo instalados, em conjuntos habitacionais, antigos moradores das margens do Maranguapinho, agora sendo revitalizadas. Perto, uma área de proteção ambiental, APA, com o que restou dos antigos carnaubais. Em sentido norte sul, em menor extensão, destaca-se a rua Maria Júlia, uma referência. Extensas ruas, com em média quatro quilômetros cada, interligam as várias comunidades do Grande Bom Jardim de leste a oeste. Uma é a rua Oscar Araripe, na qual é maior a concentração do comércio e dos serviços, com trânsito de carros escoando no sentido nascente-poente. Outra rua, paralela a Oscar Araripe, é a rua Oscar França, predominantemente residencial, com trânsito de carros em sentido poente-nascente. Existe a rua Urucutuba, desenhada conforme foi a antiga estrada para a localidade desse nome e a rua Estrada do Jatobá, assim

nomeada pelo mesmo motivo da primeira. Ainda de leste a oeste existem as ruas Bom Jesus, Nereide e rua Fernando Augusto, de muita importância, pois é lá a sede de dois entre as dezenas de núcleos dos movimentos sociais que revelam a face positiva dessa área da cidade tão estigmatizada como violenta.

É uma tarde qualquer de um mês de abril pouco chuvoso. Vindo do centro de Fortaleza, atravesso a ponte sobre o rio Maranguapinho e, uns duzentos metros depois, dobro a direita, entrando na rua Fernando Augusto. É uma rua larga, como tantas outras desta parte da cidade, desenhada nos idos de 1960, quando do loteamento que originou o bairro. Na época, havia fartura de terras. Remanescentes dos tempos iniciais, algumas casas têm frentes com jardins de um lado e do outro. Em outras delas, de esquina, muros mostram os grandes quintais arborizados e em alguns deles imaginamos galinhas ciscando, subindo aos galhos das árvores aos primeiros sinais do anoitecer. São exemplares que restaram dos lotes iniciais de 13x33 metros. Percebo, porém, que a maioria dos moradores dividiu esses terrenos impensáveis nos dias de hoje nos loteamentos populares. Heranças ou vendas de espaços multiplicaram as residências e são comuns as vilinhas e os sobradinhos feitos de qualquer jeito. O trânsito de carros é escasso, o que aumenta a sensação de que a rua é muito larga. Um vivente aqui e acolá caminha na calma das pequenas cidades do interior

do passado. Seria exatamente isso se as grades de ferro e outros artefatos de segurança não denunciasses que o Bom Jardim, tal outros bairros de Fortaleza, sofre os efeitos da violência urbana.

Ao subir e descer de discretas ladeiras, eis que chego ao lugar onde sou esperado, no Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, do qual a pessoa que vou entrevistar, Marileide, é coordenadora. O prédio está em reforma, e nossa reunião deu-se, então, numa casa em frente, pertencente ao Movimento de Saúde Mental e Comunitária do Grande Bom Jardim. Aí, em uma espécie de sala de jantar, de onde podíamos avistar a horta comunitária, sentamo-nos à mesa na qual uma garrafa térmica com café e xícaras estavam à nossa disposição. Então, conversamos sobre ela, sobre o bairro, sobre fé, vida, alegrias, tristezas e, principalmente, sobre as lutas da comunidade.

Marileide

Ela nasceu não muito distante do Bom Jardim, nos sertões de Maranguape, onde, segundo explica, seu pai vivia o descompasso de não ter gado quando tinha terra e de não ter terra quando tinha gado. As dificuldades foram puxando a família para outros sertões. Ela recorda ter morado em Barreiras, a pequena cidade próxima da misteriosa Serra do Cantagalo, de antiquíssimas assombrações, já idosas quando o naturalista Freire Alemão por ali passou, em 1860. De lá, a família foi viver em Ocara, na mesma região banhada pelas bacias dos rios Choró e Acarape, onde Marileide concluiu a extinta oitava série do primeiro grau. Como nesse tempo, 1989, não havia ensino médio em Ocara, ela, ainda quase criança, veio para o Bom Jardim residir com sua avó.

Com enormes dificuldades, que incluíam a busca de apadrinhamento de algum político, como era usual na época, ela obteve uma vaga no primeiro ano do ensino médio na Escola Júlia Alves Pessoa, no Canindezinho, um bairro ainda com jeito de sertão que integra o grande Bom Jardim. A morte de seu pai, em 1990, empurrou o restante da família para Fortaleza. Foi quando a adolescente Marileide teve que trabalhar, dando aulas em uma escolinha particular no próprio bairro, enquanto frequentava na Es-

cola Nossa Senhora Aparecida, no centro de Fortaleza, onde concluiu o Pedagógico.

Uma tradição que sua família trouxe do interior para o Bom Jardim foi a militância nas Comunidades Eclesiais de Base. Assim, ela engajou-se nas lutas sociais do Grande Bom Jardim. Eram lutas puxadas principalmente por militantes católicos, com o lema *Fé e Vida*. Lutas inspiradas pelo entendimento de que é impossível ter a fé desligada da situação de vida dos moradores de onde se pratica a religião. Daí, as históricas campanhas por mais escolas, quando praticamente todas as ruas endossaram com milhares de assinaturas por mais escolas para o bairro. E nas campanhas por um requisito mínimo de inclusão: o registro de nascimento. Eram lutas marcantes, que, às vezes, ganhavam espaço na mídia, mas pouco impressionavam os habitantes de uma Fortaleza, cidade acostumada a não ouvir o grito dos excluídos.

Engajada nas lutas da comunidade e estudando Pedagogia, primeiro na Universidade da Vale do Acaraú (UVA) e depois na Universidade Estadual do Ceará (UECE), e dando aulas em escolinhas particulares, Marileide continuava nas lutas de sua comunidade, focada principalmente na reivindicação de mais escolas. Foi quando, em 1998, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) passou a ser aplicado, definindo os recursos para a educação com base no número de alunos matriculados.

Com esse aporte, no Grande Bom Jardim a Prefeitura de Fortaleza multiplicou o número de matrículas no Ensino Fundamental. Como não contava com prédios construídos para ser unidades de ensino, criaram-se os anexos, alugando casas, e estabelecendo convênios com escolas particulares existentes no bairro que se abarrotaram de alunos, em condições precárias em todos os sentidos. Daí, relembra-se Marileide, o foco da luta passou a ser a qualidade da educação oferecida, o que permanece até os dias de hoje.

Comparando os idos de 1989, quando chegou ao bairro, com os dias de hoje, Marileide reconhece algumas melhorias. Foram construídas escolas, houve um aumento da malha viária, e prédios edificadas para outros fins foram transformados em postos de saúde. Todavia, essas melhorias nem de longe atendem à demanda por serviços públicos de uma população que cresceu além da conta. De acordo com o Senso de 2010, do IBGE, entre o ano 2000 e 2010, o Grande Bom Jardim ganhou cerca de 30 mil novos habitantes, um crescimento demográfico de 19%, bem acima do Brasil (11%) e da cidade de Fortaleza (8%). Isso sem contar com a transferência, ora em andamento, de mais 13 mil moradores para o bairro, provindos das áreas que serão revitalizadas do rio Maranguapinho. Isso sem o devido melhoramento da infraestrutura urbana.

Sobre o que piorou no bairro, Marileide nomeia, em primeiro lugar, a violência, que ela entende como con-

sequência da negação dos direitos históricos na periferia. Em segundo lugar, cita a situação do transporte público e mobilidade urbana, uma vez que a oferta ônibus e a expansão da malha viária não foi o suficiente para atender o considerável aumento da população. Por fim, ela fala do agravamento dos problemas causados pela falta de saneamento ambiental. Enfatiza que, devido à desordenada ocupação do espaço, movida pela necessidade premente, faz que hoje, em pleno centro do Bom Jardim, estejam pessoas morando praticamente na lama.

Marileide se ressentida da falta de políticas para gerar emprego e renda no bairro. Segundo ela, uma parte de moradores trabalha em outros recantos da cidade como secretárias do lar, no comércio e serviços em empresas terceirizadas. Dos que trabalham no próprio bairro, existem os professores, funcionários públicos e empregados do comércio local. Porém, o que realmente predomina é o mercado informal, pois o Bom Jardim é território das vendedoras de bijuterias e Avon, dos “galegos” que oferecem em módicas prestações artigos para o lar, e cresce o número dos que se dedicam à catação de lixo para reciclagem.

Já formada em Pedagogia, no ano 2000, Marileide fez concurso e tornou-se professora de escolas da prefeitura localizadas no bairro. Desde 2003 ela coordena o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), uma instituição que tem como essência a certeza do protagonismo dos

mais pobres. Na semana em que eu a entrevistei (a última do mês de abril de 2014), ela estava sobrecarregada na organização de dois eventos importantes: um ato público diante da sede da prefeitura, exigindo saneamento ambiental para o bairro; e uma caravana pelas ruas do Bom Jardim, exigindo o fim do extermínio da juventude na periferia de Fortaleza.

Indagada sobre boas recordações, ela relembra as serestas e outros momentos alegres, incluindo aí as festas religiosas. Guarda, porém, no coração, as alegres recordações das lutas sociais vividas juntamente com outros moradores e com os padres Combonianos¹, sempre presentes nessas lutas.

1 Combonianos são os padres seguidores das ideias e práticas missionárias de São Daniel Comboni, um sacerdote italiano que dedicou sua vida religiosa na luta para que os africanos se livrassem da escravidão e da miséria. Foi ele que criou o lema: “salvar a África com a própria África”. Seu trabalho foi tão notável que o Vaticano dele exigiu que fundasse o Instituto do Sagrado Coração de Jesus, os hoje Missionários Combonianos do Coração de Jesus. Atualmente, presentes em cinco continentes, eles não medem esforços e sacrifícios para que os povos do lugares onde atuam sejam salvos por si mesmos. O primeiro contato dos Combonianos com o Bom Jardim deu-se através do Padre Fernando, por volta de 1987. Ele atuava no Seminário da Prainha, em um trabalho pastoral junto a jovens estudantes do Ensino Médio que residiam em áreas próximas. Entre as tarefas iniciais, visitas de fim de semana ao Bom Jardim, onde o padre rezava missas e celebrava outros sacramentos. Os estudantes iam em caravana e integravam-se como facilitadores das reuniões das comunidades católicas. Padre Marco chegou em 1988, proveniente do Maranhão, e em 1990 passou a residir em uma casa do bairro.

Padre Marco

Padre Marco nasceu na pequena cidade de Morbegno, nos alpes italianos, em 1941, quando a Itália, governada pelo ditador Benito Mussolini, estava envolvida na Segunda Guerra Mundial. Hoje rica, devido ao turismo, a cidadezinha de nascimento e infância de padre Marco era pobre, de padrões compatíveis com os lugares pobres do Terceiro Mundo, carente de quase tudo. Lá, então, o povo vivia de uma agricultura rudimentar e do contrabando de cigarros, em pequena escala, através da fronteira da Suíça. Era uma comunidade muito católica, que girava em torno da figura do pároco, daí ser muito comum os meninos manifestarem o desejo de ser padre.

Foi em uma localidade vizinha a Morbegno, no começo da adolescência, que ele assistiu a uma palestra de um missionário que passara alguns anos na África. As belas imagens do filme documentário exibido, mostrando animais, paisagens e povos africanos, seduziram-no. A partir dessa palestra, o pequeno Marco só pensava em ser missionário. Menos por vocação religiosa e mais pelo espírito de aventura. Ainda hoje padre Marco diz que se tornou missionário por acaso, mas continuou por opção.

Algum tempo depois foi para um seminário comboniano, cuja formação era condizente ao trabalho missionário. Como parte desse aprendizado, estudou filosofia durante quatro anos em Portugal (entre 1958-1962). De retorno para a Itália, aprofundou estudos em teologia e ordenou-se padre em 1968. Passou, então, a atuar como formador de outros sacerdotes em um seminário comboniano, enquanto esperava a ordem para assumir missão em outros continentes. No ano de 1973, veio a ordem tão esperada e ele foi para Balsas, um lugar remotíssimo do interior do Maranhão.

Dois anos depois, mudou-se para São Luís, tornando-se pároco da igreja de São João Batista, no centro da cidade, ao mesmo tempo em que atuava na emissora local da Diocese, onde ele fazia ecoar os problemas e as lutas das periferias da cidade. Daí, em pouco tempo, a igreja de São João Batista se tornou um atrativo para intelectuais, estudantes e artistas que, de algum modo, queriam resistir à ditadura que mandava no Brasil.

Em 1988, a pedido do cardeal Dom Aloísio Lorscheider, tendo em vista o trabalho missionário, mudou-se para Fortaleza, indo residir na casa que os combonianos têm no bairro das Damas. Ele tentou iniciar um trabalho no Pirambu, que acabou não dando certo. Em 1990, mudou-se para uma casa no Bom Jardim, onde já trabalhava, dando continuidade a uma pastoral que se confunde com a história do bairro nos últimos 26 anos.

A missão junto às Comunidades Eclesiais de Base se expandiu por todo o bairro em formação, confundindo-se com as lutas das comunidades, não apenas do Bom Jardim propriamente dito, mas de áreas do Siqueira, Granja Lisboa, Granja Portugal e Canindezinho. E redesenharam a geografia dessa região da cidade, com áreas específicas, com nomes sagrados para os católicos, como Santa Cecília, Santo Amaro, São Vicente, Nazaré, Jerusalém e Belém (como passou a ser o nome da área da curva próxima à ponte, antes conhecida como Sovaco do Cão). Padre Marco diz que, na medida em que esses nomes eram aderidos aos espaços designados, crescia e se espalhava a ideia de Grande Bom Jardim, que acabou pegando e hoje é aceita pelas comunidades. Mais tarde, descobriram que haviam cometido um erro histórico e geográfico, uma vez que essa vasta área era tradicionalmente chamada de Sítio Siqueira, nome já conhecido no século XIX.

Das recordações, padre Marco enfatiza que a partir da década de 1990 vastas áreas do bairro, ainda coberto de matas, foram sendo ocupadas de maneira acelerada pela população carente de moradias. Nesse tempo, as lideranças comunitárias apoiavam essas ocupações, conseguindo via judicial a legitimação delas. No entanto, insistiam junto à prefeitura para que se apressasse em delimitar espaços para a construção de praças, campos de futebol e quadras de esporte. A prefeitura fez corpo mole e a ocupação dos

terrenos prosseguiu de forma desordenada. Na época, o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza já estava criado, tendo a linha de ação focada na socioeconomia solidária e formação profissional de mulheres e jovens dos terrenos ocupados e de outras áreas carentes de todo o Grande Bom Jardim.

Sobre a criação do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, Padre Marco recorda que foi um desejo do cardeal Dom Aloísio Lorscheider, muito sintonizado e diligente quanto à situação da população pobre. Antes, havia apenas o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, que funcionava na Diocese. Como a cidade estava crescendo muito, Dom Aloísio sentiu a necessidade de levar para outros bairros instituições semelhantes. Daí surgiu a do Bom Jardim, depois no Lagamar e no Genibaú.

Mais ou menos pelo ano 2000, Padre Marco assumiu funções junto à Pastoral Carcerária, mas continuou seu trabalho no Bom Jardim. Hoje é o presidente do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, da qual foi um dos fundadores. Sobre sua relação de amor com o bairro, Padre Marco diz que é menos pela geografia local e muito mais devido ao povo, cheio de vivacidade, gente animada, com forte espírito comunitário e vocação para o entrosamento. Gente com grande vontade de melhorar, de forte consciência cívica, que sabe plantar um jardim em vez de esperar alguém lhes trazer flores. Ressalta a juventude local e

os seus muitos empreendimentos artísticos, as mais de 50 bandas de rock, as dezenas de grupos teatrais, as magníficas festas juninas e tantas outras atividades que eles e elas tocam para tornar a vida melhor. Enfim, uma comunidade com potencialidade para melhorar em todos os sentidos. Foi padre Marco que me passou a informação de que, no Grande Bom Jardim tinha um Ponto de Memória, com um embrião de museu.

Ponto de Memória

Antes de falar sobre o Ponto de Memória propriamente dito, é necessário passar para o leitor uma definição territorial já sedimentada na mente das pessoas que habitam a área, a de Grande Bom Jardim, um território que engloba o Bom Jardim propriamente dito e áreas vizinhas, como Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira e o Canindezinho. Quando alguém diz que mora no Canindezinho, está dizendo que mora em uma das comunidades do Bom Jardim, como Santo Amaro, Santa Cecília, São Vicente e outras. Essa definição é válida pelo fato de os moradores não mais estabelecerem delimitações entre essas comunidades. Na verdade, um fato que diz respeito a qualquer um desses bairros diz respeito a todos. Por exemplo, o show que acontece na Praça da Juventude, na Granja Portugal é atrativo para as pessoas que moram nas áreas de variadas denominações do Grande Bom Jardim. O mesmo que acontece com as festas de Santa Cecília e Santo Amaro, ou a da festa de São Francisco ou da feira que acontece toda quarta-feira no Canindezinho.

Assim, essa área que engloba o Grande Bom Jardim, segundo o censo do IBGE do ano de 2010, tem cerca de 202.000 habitantes e uma rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Em trabalho acadêmico,

o sociólogo Adriano Paulino de Almeida (ver bibliografia) faz referência a Augusto Franco, membro do Fórum Nacional de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que define as redes de desenvolvimento sustentável como um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais.

A rede DLIS do Grande Bom Jardim existe desde 2002 e dela fazem parte associações de moradores e organizações não governamentais. No Grande Bom Jardim, a rede se compõe de 38 organizações atuando no controle das políticas públicas aplicadas na área pelos três níveis de poder: municipal, estadual e federal. Atualmente, a rede segura cinco eixos de atuação:

1. Projeto de revitalização do rio Maranguapinho, com a recuperação e preservação dos recursos naturais de sua bacia (Governo do Estado do Ceará).
2. Políticas de saúde, educação e segurança pública.
3. Regulamentação do Plano Diretor de Fortaleza, com a instalação no bairro de zonas especiais de interesse social.

4. Jovens Agentes da Paz, o engajamento de jovens na mediação de conflitos.

5. Ponto de Memória.

O trabalho acadêmico assinado de Adriano Paulino de Almeida tem como alvo o Ponto de Memória do Grande Bom Jardim. Através desse estudo, temos o conhecimento de que A Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável define memória como sendo a possibilidade de recordar histórias que narram a trajetória de um povo e marcam a sua identidade, de modo que revela quem somos a partir do que lembramos e do que esquecemos, além de ser instrumento de luta para transformar a realidade.

Já o portal de Instituto Brasileiro de Museus define como objetivo do Programa Pontos de Memória apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social. Segundo o mesmo portal, os pontos valorizam o protagonismo comunitário e concebem o museu como instrumento de mudança e desenvolvimento sustentável. O Bom Jardim, sendo uma das áreas escolhidas pelo Ministério da Justiça para ser Território da Paz, recebeu através do CDVHS, em 2009, a proposta de instalar o seu ponto de memória. Foi uma surpresa para os integrantes da instituição, que vinham trabalhando o protagonismo social principalmente de jovens e mulheres. Após reflexões, concluíram, então, que o Ponto de Memória seria um projeto

benéfico para a comunidade, uma vez que compensaria um pouco o fato de a história das periferias sempre ser desdenhada pela história oficial, e que a memória poderia um tônico para fortalecer as lutas sociais do presente e do futuro.

Para o movimento comunitário do Grande Bom Jardim, o Ponto de Memória seria:

Um lugar de celebração de experiências transformadoras e significativas da cidadania local e de valorização das variadas formas de expressão e modos de fazer da nossa gente. É também um lugar de recordação que oportuniza recordar o que há de bom e construtivo em nossa comunidade.

Para o sociólogo Adriano Paulino, a memória social e os museus comunitários

antes de qualquer coisa são eminentemente linguagem, suportes para a produção de narrativas dos moradores a partir de suas experiências identitárias, com marcas do vivido e da experiência cotidiana no território, que colocam o morador no centro da narrativa.

Decisões tomadas, o projeto ganhou corpo com a pesquisa sobre as lutas sociais do bairro, sobre o surgimento das entidades, sobre as trajetórias das lideranças

comunitárias e um apanhado histórico das lutas iniciais por água, esgoto, luz e escola. Todo esse empenho, entre suas resultantes, deu uma exposição que se tornou uma espécie de embrião de museu: *O Jardim da Memória*, apresentando material gráfico sobre o bairro, objetos antigos, fotos e textos sobre personagens ou enfatizando a ecologia local, e as relações dos moradores com as carnaubeiras e com o rio Maranguapinho.

Uma visita ao embrião de museu do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, encontramos alguns objetos representativos das etnias e do sincretismo religioso que predomina nessa área da cidade. Uma pia batismal da primeira igreja do Canindezinho, doada por dona Fátima Carloto, é o objeto mais antigo. Objetos indígenas, arcos e flechas e maracás usados nas danças indígenas se fazem presentes. Destaca-se, logo de chegada, um manequim representando o orixá Pai Ogum, vestido de azul, espada na mão e coroa na cabeça, além de outros objetos presentes nos cultos de Umbanda, muito representativos da vida espiritual da população de todos os bairros que formam o Grande Bom Jardim.

Segundo a monografia de término de curso do filósofo Joaquim Araújo (ver bibliografia), morador do bairro e militante dos movimentos sociais, no ano de 2005, no Grande Bom Jardim, eram mais de 140 terreiros de umbanda, todos com gongá. Um banner mostrava em um

mapa os terreiros maiores que originaram todos eles. Vemos indicados por pontos o Centro Espírita de Umbanda Dragão do mar, Terreiro da Mãe Francisca, Terreiro de Mãe Neide, Associação Espírita de Umbanda São Miguel, Terreiro de Antônio Ludovico, Terreiro da Irene, Terreiro da Maria, Casa de Umbanda Cabocla Jacira, Terreiro de Pai Ricardo, Francisco de Oxum, Tenda dos Tabajaras e Casa Amarela Rei da Turquia.

Ainda sobre os banners, podemos perceber que, completando-os, vemos um representativo dos trabalhos artesanais desenvolvidos por habitantes locais, outro contendo as formas de representação artística, com destaque para o teatro, uma vez que no Grande Bom Jardim existe dezenas de grupos teatrais, entre esses, o que é retratado no banner, o Grande Afroarte. Defronte a este, quatro banners em seguimento apresentam alguns personagens do bairro com suas fotos e textos com memórias das lutas comunitárias nas quais estiveram à frente. Vemos Pai Neto, Toinha Linhares, Dona Eulália e Dona Iolanda. São representados no embrião de museu como guardiões da memória.

Dona Iolanda

Uma das guardiãs da memória do Grande Bom Jardim é Dona Iolanda. É uma senhora de 58 anos, residente no bairro desde 1988. Ela, inclusive, é autora de um folheto de cordel contando a história do Ponto de Memória, citando pessoas, instituições e ações ora em andamento.

Iolanda mora com marido e duas filhas em uma casa próxima da igreja católica do Canindezinho. É uma mulher alegre, expansiva e ciente da importância de seu papel como líder comunitária e participante de lutas por melhores condições de vida. Ela nasceu em Limoeiro do Norte, região do Baixo-Jaguaribe, mas na adolescência residiu algum tempo com parentes no Rio de Janeiro e no Piauí. Em seguida, voltou para Limoeiro e lá ficou até que o um tio, bem instalado no Rio de Janeiro, convidou toda a família dela para que fosse trabalhar e se estabelecer no Rio. Ele daria o apoio para a viagem e pediu que eles fossem para Pacajus, onde passava o expresso que os levaria para a Cidade Maravilhosa.

Coisas do destino... Enquanto estava em Pacajus, Iolanda se apaixonou pelo rapaz que hoje é seu marido e isso provocou a ira do tio, que era racista e não aceitava por hipótese alguma o casamento dela com o moço dos seus amores. Zangado, o tio se mandou para o Rio, deixando-a

em Pacajus com seus pais e irmãos. Todos ficaram trabalhando na área, principalmente na fábrica Cajubrás. Ela e o marido continuaram por lá mesmo quando seus pais e irmãos se mudaram para o Bom Jardim, no final da década de 1970. A partir daí, sempre que o marido perdia o emprego, ela, ele e os filhos se chegavam à casa do pai dela, que os recebia de braços abertos. Ficou assim até que em uma ocupação de terra ela construiu a casa em que hoje reside.

Risonha, Iolanda conta que sua entrada no movimento comunitário começou com uma confissão, quando o padre passou-lhe a penitência de participar de reuniões da comunidade. O que seria um castigo, pra ela foi uma dádiva, porque muito gostou das reuniões e nunca mais deixou o movimento.

Iolanda tem um filho casado, duas filhas, um rapaz e uma neta. O marido é aposentado como vigilante, e ela, para ter uma rendinha, vende cosméticos no bairro. Diz que tem uma freguesia que não é grande, porém é certa quanto às compras e ao pagamento. Reluta em incluir desconhecidos entre seus clientes por medo de calotes, porque, caso isso aconteça, o vendedor tem que assumir a dívida do comprador, senão o nome vai para o Serviço de Proteção ao Crédito. Ela acredita que no Grande Bom Jardim existe muito mais de 1000 vendedoras de Avon. Só na rua em que mora, que tem dois quarteirões, tem seis vendedoras. E todos ganham alguma coisinha, porque a

renda da população melhorou nos últimos anos e as pessoas passaram a gostar de se cuidar. Rindo, ela conta que o marido implica com esse trabalho, dizendo que “não dá resultado”. Rindo mais ainda, ela conta que diz que realmente não pode dar resultado, pois toda comissão que ganhada é transformada em produtos utilizados por ele e pelas meninas.

Sobre as carências do Grande Bom Jardim, que ela conhece muito bem, ela cita com mais destaque a de postos de saúde e campos de futebol para a juventude ter entretenimentos saudáveis, longe das drogas. Diz que “os meninos adoram bola e só tem um campo na Granja Lisboa”. Ela fala de uma Vila Olímpica que começou a ser construída no governo de Lúcio Alcântara, mas que as obras foram interrompidas porque resolveram dar outro destino à maior parte do terreno, dizendo que vão construir uma Casa de Recuperação. Na verdade, ela exclama indignada, “vão construir mesmo é uma prisão, pois todo mundo sabe que cadeia aqui não recupera ninguém”.

Além dessas críticas, Iolanda denuncia a forma como está sendo transferida para o bairro a população das áreas do rio Maranguapinho que estão sendo revitalizadas. Fala que as casas construídas para recebê-los, perto da Lagoa da Viúva, não contam por perto com serviços para atendê-las. Não construíram escolas, nem postos de saúde, nem aumentaram linhas de ônibus: “É só empurrando gente para lá”.

Caio

Caio, sociólogo, é outro que integra o Ponto de Memória. Ele chegou ao bairro 1999, com 11 anos de idade. Ele nasceu em Iguatu, onde residiu com os pais numa área rural próxima da cidade. Ele é o mais jovem entre cinco irmãos. Seu pai era empregado da Estrada de Ferro, e antes de eles aportarem em Fortaleza, passaram um ano residindo em Juazeiro, também numa área periférica da cidade, quase rural, como sempre são as residências de trabalhadores da Estrada de Ferro. Caio guarda boas recordações da infância, quando se embrenhava na mata, baladeira na mão, como qualquer outro menino sertanejo. Ele conta que quase nada mudou quando veio para Fortaleza. É que, depois de uma curta passagem pelo Mondubim, ele veio residir numa área ainda desabitada da Granja Lisboa, um dos bairros integrantes do Grande Bom Jardim. A escolha desse local deu-se, principalmente, pelo voto de sua mãe, tendo como requisitos determinantes a tranquilidade do lugar e o fato de ali residirem sua avó e alguns tios.

Caio lembra-se que na rua que passaram a residir e seus arredores, poucas eram as residências e muitas eram as matas. Daí, ele pôde continuar com as brincadeiras típicas das crianças matutas. A escolha da mãe pelo Bom Jardim, longe de desagradá-lo, deixou-o muito satisfeito e

muito à vontade no mundo a que estava acostumado. Porém, contrariou a expectativa que sua imaginação infantil fazia da cidade grande.

Caio rememora as noites de quando ele, os pais e os irmãos caminhavam juntos sob o céu estrelado para visitar parentes que residiam próximos. Isso foi muito importante para criar os laços afetivos que ele mantém com o bairro, que desde que ele se entende por gente, foi um referencial para sua parentela interiorana. Caio, embora tenha pouca idade, é testemunha de parte da história do Grande Bom Jardim e do processo de urbanização incompleto, ora em andamento, o que motiva as lutas das quais participa, estreitando laços de companheirismo que o induzem a gostar das pessoas e do lugar onde vive. Outro fato importante para sua relação de amor com o Bom Jardim é que foi onde sua família teve casa própria pela primeira vez. A mesma casa onde hoje eles continuam a residir, numa rua agora de muitas construções e quase nenhuma mata. Uma rua, como tantas da área, carente de um serviço urbano essencial, a rede de esgotos.

Quando indagado sobre como de fato passou a conhecer Fortaleza, ele responde que na infância ainda não tinha dimensão da distância entre o Bom Jardim e o restante da cidade. Com a chegada da adolescência, passou então a ter autonomia para sair do lugar e, assim, aos poucos, foi tendo contato com gente de outros bairros, com outras his-

tórias de vida, com os sonhos e as dores de outros fortalezenses. Foi quando o teatro entrou em sua vida. Ele foi aluno do professor Joca Andrade e integrante do grupo teatral Edisca. Foi atuando ou assistindo peças teatrais no Centro e em variados bairros que o fez tomar consciência da totalidade da cidade, das diferenciações territoriais urbanas, dos tipos de construções, dos serviços oferecidos no entorno, identificando aspectos comuns e singularidades de seu querido Bom Jardim. Do teatro, aproximou-se de outros movimentos sociais da cidade, inclusive em prestando uma consultoria sobre sexo seguro para a Associação de Prostitutas.

Como conhecedor da realidade social da periferia de Fortaleza, durante nossa entrevista, Caio desferiu algumas perguntas de respostas fáceis e paradoxalmente difíceis: Como se constrói um projeto de cidade imprimindo a discriminação dos bairros pobres? Como se investe em Copa do Mundo e não se consegue universalizar o saneamento ambiental da cidade, que é muito mais barato? Referindo-se à violência, indaga: Por que tantos se preocupam com os assassinatos e não se preocupam com os que estão sendo assassinados, no caso, a juventude da periferia? Sobre a visibilidade do bairro como associado à violência, indaga: como se pode criar afetividade pelo bairro em que moramos, se sente que deve guardar segredo sobre isso?

Por volta de 2008, ele tomou uma decisão quanto a sua militância. Não mais ficou dividido entre o bairro

e a cidade. Foi quando optou por ser “um militante das lutas sociais deste lugar da cidade”. Esse divisor de águas e sua formação sociológica o permitiram conhecer mais profundamente o lugar onde mora. Ele complementa: “Não estamos muito distantes da realidade de outros lugares periféricos, como Pirambu e Barra do Ceará, mas temos nossa memória, nossa própria história de ocupação do território”. Aí ressalta aspectos culturais e espirituais do bairro, fortemente influenciado pela religiosidade da Igreja Católica e dos muitos terreiros de Umbanda. É quando ele fala de uma pessoa muito querida no Grande Bom Jardim: Padre Rino.

Padre Rino

Foi num fim de tarde de uma quinta-feira que entrevistei Padre Rino e alguns dos membros do Projeto de Saúde Mental e Comunitária do Grande Bom Jardim. Por uma circunstância, a entrevista não se deu na rua Fernando Augusto, sede da instituição, e sim no Horto, uma bucólica localidade do Município de Maracanaú, próxima da Serra da Munguba e das terras reservadas aos índios Pitaguaris. É onde o movimento implantou um projeto irmão, com a mesma metodologia terapêutica aplicada no Bom Jardim. Outra frente de atuação derivada do Bom Jardim será instituída em uma localidade da Bolívia, segundo nos informa o sacerdote.

Pergunta vai pergunta vem e Padre Rino nos informa que nasceu em uma localidade próxima de Milão, no norte da Itália. Formou-se em Medicina e só depois é que foi para o seminário. Antes de vir morar no Brasil, esteve no nordeste do Equador com os índios Paiakas. Depois, mudou-se para Uganda, na África, onde trabalhou em um hospital em um contexto de guerra civil. Daí foi para os Estados Unidos, laborando junto a uma comunidade de migrantes mexicanos. No mesmo período, conviveu com os índios Lakotas, do povo Sioux, do grande chefe Touro Sentado, que no passado derrotou e matou o terrível General Custer, o exterminador de índios. Padre Rino foi adotado por este

povo e se tornou seu pai adotivo. Por ocasião da nossa entrevista, encontrava-se presente no Horto, em visita.

Atualmente, além de atuar no Movimento de Saúde Mental e Comunitária, Padre Rino é professor de Psiquiatria na UFC e tem um consultório na mesma especialidade. Com essas atividades, garante o seu sustento e não necessita de se valer de salários do movimento e nem de pagamentos por serviços religiosos. Ele tem interesse por Antropologia e, nesse viés, é colaborador de dois médicos antropólogos, os doutores Mourão Cavalcante e Adalberto Barreto. Este último, o criador do Projeto Quatro Varas, do Pirambu, com o qual ele aprendeu o processo de terapia comunitária.

Sobre essa modalidade terapêutica, que tem projetado o Bom Jardim internacionalmente, ele afirma que começa na família e se estende ao plano comunitário. É aí que entra o facilitador, que pode ser um padre ou alguém sintonizado com os problemas da comunidade. Este facilitador, não leva soluções, mas estimula a descoberta de soluções pela própria comunidade. O papel do movimento é, inicialmente, acolher a pessoa, escutá-la, fazer que ela expresse seu sofrimento, seus sonhos, sua vontade. E a partir desse contexto, numa roda de conversa ou num bate-papo individual, é estimulado a encontrar o próprio caminho.

Nesse sentido, o movimento oferece apoios aos projetos de vida decorrentes da terapia. É o cursinho para o

ENEM/vestibular, curso profissionalizante, preparo para o trabalho em projetos de prevenção da dependência química, ajuda para que jovens desenvolvam aptidões artísticas, além de terapias complementares, como massoterapia e biodança. Tudo isso para que a pessoa aprenda a se conhecer melhor e a valorizar-se pelo que é, e a comunicar-se consigo mesmo e, conseqüentemente, com as outras pessoas.

O primeiro contato que padre Rino teve com o Grande Bom Jardim deu-se em 1993, quando esteve por uma semana hospedado na casa que o padre Marco Passerini tinha no bairro. Foi quando conheceu o projeto Quatro Varas, no Pirambu, empolgando-se com essa experiência terapêutica. Voltou, então, para os Estados Unidos com a ideia de trabalhar na área do Bom Jardim. E assim o fez, em 1996. Para começar, agregou-se a um projeto do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza aplicado na favela Pantanal, uma das que se instalaram no bairro. Era um projeto de formação profissional e padre Rino, como psiquiatra, foi convidado a acrescentar terapias, visando à elevação da autoestima e da autoconfiança dos participantes, uma vez que não adiantava ensinar uma profissão se a pessoa não se considerava capaz de prosseguir. Foi o embrião do Movimento de Saúde Mental e Comunitária do Grande Bom Jardim.

Um dos atrativos do Movimento de Saúde Mental e Comunitária do Grande Bom Jardim é a casa Amizarte,

do Ponto de Cultura, situada na rua Fernando Augusto. É coordenada pela cantora Eliane Brasileiro. Ela conta que a casa Amizarte nasceu de um grupo de teatro de rua, que fez muito sucesso no bairro e em outros recantos de Fortaleza. Atualmente a Amizarte oferece oficinas de pintura em tecido, pintura em tela, violão, canto, piano, tambor. Por ocasião da nossa entrevista (maio de 2014), estava prestes a começar um curso de flauta clássica e flauta andina, ministrado por um músico e professor peruano estabelecido em Fortaleza. A casa Amizarte também colabora com o CINE CAPS, que seleciona e apresenta filmes direcionados a públicos definidos. Podem ser, por exemplo, filmes infantis ou então filmes para usuários de *crack*, entre tantas outras opções.

Cultura e Terapia Comunitária

Os exemplos de vidas que ganharam um rumo são muitos entre os que foram atraídos para as atividades culturais e outras oferecidas pela terapia comunitária. São casos de jovens que deixaram as drogas, capacitaram-se para uma profissão e agora trabalham e estudam. São casos como o de Zilá, que embora tenha vindo ao mundo há cinquenta e tantos anos, conta sua idade a partir de 1996, quando começou a trabalhar seus sofrimentos na terapia comunitária. Casos como o de Marcelo, um exemplo que ganhou repercussão na mídia. Tendo ele uma doença mental grave, depois de passar, sem sucesso, por muitos psiquiatras, chegou ao Movimento pelas mãos de seus pais, em um surto psicótico severo. Foi medicado, e ao ficar bem, ingressou na terapia comunitária, juntamente com seus familiares. Com o tempo, voltou a estudar. E depois de passar pelo cursinho do movimento, foi aprovado para três universidades: UFC, UECE, CEFET. Hoje é professor de matemática.

Algumas pessoas, que por um motivo ou outro buscaram o Movimento de Saúde Mental e Comunitária do Grande Bom Jardim, hoje militam na instituição, dedicando-se à causa comunitária. Como exemplo, Ana Paula e Natália, duas mulheres cumprindo uma missão.

Ana Paula

Em 1996, Ana Paula era casada, tinha três filhos e muito medo de falar e de tomar decisões. Ela dependia do marido até para dizer ao médico os sintomas de alguma virose que por acaso contraíra. Na escola, quando era criança, era tida como excelente aluna não pelo alto desempenho escolar, mas porque era boazinha, sempre calada, nunca questionando nada. Era uma estudante que não dava trabalho. Por dentro, sofrimento e pavor de tudo. Embora não acreditasse que poderia empreender qualquer projeto de vida, terminou o ensino médio e ficou sem ter uma profissão ou um projeto de vida. Uma constante em sua vida continuou: o sentimento de fragilidade e de que era menor que as outras pessoas, o que lhe deixava nada à vontade em reuniões e em qualquer espaço de convívio humano. Assim chegou à idade adulta, e por isso teve muita dificuldade de permanecer no Movimento quando começou a participar do grupo de terapia comunitária. Porém, como ela hoje festeja, segurou-se.

Nas rodas de conversas, ouvindo os problemas de outras pessoas, Ana Paula aprendeu, aos poucos, a trabalhar pela superação de suas limitações. Viu que era muito bom conhecer as pessoas, entender o sofrimento delas e ver que suas próprias dores eram, muitas vezes, menores que as relatadas pelos companheiros de terapia. Ela, con-

siderada monossilábica, que tinha dificuldade de se expressar até em conversas individuais, passou a falar em público. Conquistou autonomia, aprendeu a dizer não. Em consequência, o casamento entrou em crise e ela se divorciou. E começou a dar seus passos por conta própria. Foi um renascer. Ela fez o cursinho pré-vestibular do Movimento, ingressou na faculdade, formou-se em Pedagogia e especializou-se em terapia familiar pela UFC. E diz, satisfeita, que sua vida transformou-se numa eterna busca do conhecimento que ela compartilha e aplica como facilitadora dos bate-papos da terapia comunitária.

Atualmente, Ana Paula coordena um grupo de terapia com mais 30 moradores do bairro, trabalhando a autoestima, sempre de casa cheia, pois o pessoal do grupo quase nunca falta. Pela sua própria história de vida, ela acredita no sucesso do processo através do qual as pessoas que fazem parte dizem que ali entendem melhor as suas dificuldades, conseguem lidar com seus problemas e sentem que estão se transformando. Fala de outras formas de terapia, como o tratamento da ansiedade por exercícios e práticas de relaxamento. Critica a medicalização do sofrimento, quando o médico nem escuta o paciente que sofre e vai logo receitando *diazepam*. Diz: “No grupo, o *diazepam* é a convivência”.

Ana Paula nasceu em Fortaleza, mas seus pais são do interior. Sua mãe é de Banabuiú e o pai de Itapiúna. O pai foi motorista de caminhão e a mãe costureira. Ela diz que se

lembra das qualidades de seus genitores, que ela procura seguir. O pai era determinado e a mãe trabalhadora. Ana Paula tem três filhos. O mais velho, com 29 anos, é casado e formado em Ciências Contábeis. A do meio teve que interromper os estudos devido a uma doença, sendo casada e dando um tempo para saber se retorna aos estudos ou não. A filha mais jovem, que reside com ela, é estudante de Arquitetura.

Atualmente, além do trabalho no Movimento de Saúde Mental e Comunitária do Grande Bom Jardim, Ana Paula vai mensalmente a Banabuiú, terra onde passou algumas férias na infância e na juventude e onde residem alguns parentes. Ela está implantando lá um projeto de terapia comunitária. Decidiu por essa nova missão ao tomar conhecimento que os valores morais que sedimentavam a vida no lugar estão sendo sabotados por condutas desregradas, muita cachaça, drogas, violência e outras condutas perniciosas. Ela se vale de sua história de vida e do muito que aprendeu para capacitar moradores do lugar para que assumam um projeto semelhante ao existente no Bom Jardim.

Natália

Natália é uma jovem mulher nascida na Barra do Ceará, onde residiu até o ano de 1994, quando seu pai comprou um terreno e levou a família para morar no Bom Jardim. Estudou em algumas escolas locais, tentou empregos fora do bairro, e no ano de 2006, entrou no Movimento de Saúde Mental e Comunitária do Grande Bom Jardim na condição de jovem aprendiz de um dos cursos profissionalizantes oferecidos pela entidade. Pelo seu bom desempenho, foi escolhida para ser facilitadora do curso ao qual ingressara como estudante. Depois foi convidada para coordenar o Projeto Jovem Aprendiz. Mais algum tempo e tornou-se coordenadora dos cursos profissionalizantes da entidade, que abrangem diferentes faixas etárias e propósitos específicos para segmentos em situação extrema, como usuários de *crack*.

Atualmente, Natália é coordenadora de direitos humanos da entidade, atuando em duas frentes: Bom Jardim e índios Pitaguaris. Ela diz que sua atuação nessa área visa fazer as pessoas tomarem conhecimento de seus direitos como seres humanos em áreas básicas, como saúde, educação, moradia. Primeiro, identificando as demandas através de reuniões da comunidade.

Esse modo de agir estimula aqueles que acham que não têm voz a buscarem os seus direitos básicos a uma vida digna. Assim, as pessoas que recebem em reuniões o poder de representar a comunidade, vão à luta em busca de solução para os problemas identificados, indo a instituições como Defensoria Pública, Câmara dos Vereadores, Assembleia Legislativa e outras. Natália diz que, embora a comunidade, através dessa maneira de atuar, tenha eliminado alguns problemas, o que não falta no Bom Jardim, como em tantas áreas de Fortaleza, é violação dos direitos humanos. O que muito agrava a violência que acomete a cidade.

Natália faz uma referência ao hábito fortalezense de desalojar comunidades nas áreas nobres da cidade, espaços cobiçados pela especulação imobiliária, e mandar essas pessoas ao Bom Jardim e outras periferias. Essa gente sai de um lugar que tradicionalmente era seu e vai viver em um ambiente estranho para elas. Daí faz uma indagação: “Como é que essas pessoas convivem com essa ruptura?”. Não é necessário pensar muito para concluir que esse hábito especulativo pode ser um dos estímulos aos atos violentos e que estigmatizam os bairros periféricos.

Natália diz que já provou do preconceito que transformou o Bom Jardim no bairro do “vixe!”. No tempo que procurou emprego em outros locais da cidade, quando dizia onde morava, sentia de pronto a rejeição. Ela diz que esse preconceito para com todos os lugares onde residem

pessoas pobres tem sido reforçado pela mídia, que passa a ideia de que nesses bairros tudo é marginalidade. Diz que conhece bem a população local, em regra, pessoas bondosas, solidárias e muito honestas. Gente que bem aproveita a vida no bairro, colocando cadeiras nas calçadas, caminhando tranquilamente pelas ruas para ir à sorveteria, à churrascaria e aos churrasquinhos de esquina, ao festejo religioso, às feirinhas de petiscos nas praças de Santa Cecília e Santo Amaro, ao circo escola ou aos circos itinerantes que por acaso estejam no bairro, ao teatro de palco ou de rua, ou para assistir filmes ou ver o show no Centro Cultural Bom Jardim, um mini Dragão do Mar conhecido por “Calanguinho”, um equipamento dedicado às artes que a população frequenta e estima.

Natália disse, por ocasião da nossa entrevista, que, concluída sua faculdade, ia continuar dedicada ao seu trabalho no bairro, dando foco à Psicologia Comunitária. Aproveitou o ensejo para dizer que não deixa o Bom Jardim por nada, que jamais compraria um apartamento fora do bairro, que, tendo dinheiro, iria melhorar a casa em que mora.

Na manhã seguinte à conversa com Natália (19/05/2014), deparei-me com uma reportagem do caderno “Vida & Arte” do jornal O Povo referente ao Centro Cultural do Bom Jardim. Pelo publicado, essa instituição foi criada no ano de 2006 e oferece diversos cursos de formação em artes, destinados à população local, notadamente os

mais jovens. Os cursos são mantidos por verbas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, liberadas com atraso, o que atrapalha a continuidade do trabalho e o atendimento à demanda. Além dos cursos de formação, o Centro tornou-se uma espécie de praça para a população, que ocupa o espaço. E serve para ensaios das trupes teatrais, das bandas musicais, de grupos hip hop. Para as crianças, no espaço, tem uma *lan house*. A mesma reportagem divulga um levantamento feito pela Rede de Arte e Cultura do Grande Bom Jardim, que aponta a existência no bairro de mais de 60 bandas e 64 organizações culturais.

Pai Neto

A rua Medellin fica no extremo leste do Grande Bom Jardim. Da casa onde chegamos em uma luminosa manhã de maio de 2014, avistamos a Serra da Taquara, que acreditamos ser possível alcançar com duas horas de caminhada, e cremos que alguém dali já fez essa jornada. Embora tenha o nome de uma metrópole Colombiana, é uma rua de poucas casas, tipicamente suburbana. Um olhar no mapa nos avisa que estamos encostados em matas do município de Caucaia. Nenhum movimento de carros e ouvimos com nitidez o vento assanhando a copa das árvores.

No endereço que procurávamos, vimos umas cinco crianças sentadas no chão, uma delas riscando a calçada com um pedaço de tijolo branco, sob o olhar atento das outras, como adultos definindo algum plano estratégico. Interrompo perguntando a elas se ali é a casa de Pai Neto. Uma das crianças indica um menino, dizendo que é o avô dele que estamos procurando. Eis que surge Pai Neto, um homem na casa dos cinquenta anos que nos faz adentrar por um terreno grande, murado, segundo ele nos informou, “com 30 metros de frente por 33 de fundo”. A propriedade foi adquirida aos poucos, informando que o primeiro lote foi comprado em 1986.

Adentrando por amplo espaço, abancamo-nos no modesto escritório da pequena empresa de reformas de casas que garante o sustento de nosso entrevistado. Não lhe falta serviço no Bom Jardim e bairros vizinhos, pois, com a melhoria da renda da população mais pobre, as reformas se multiplicam. Ele é informado sobre o objetivo da nossa presença e começa a falar fluidamente, concatenado, elucidativo.

Assim, tomamos conhecimento que ele nasceu por acaso em terras de Maranguape, no ano de 1959. Por acaso porque seu pai era tangedor de gado, um tangerino dos muitos então existentes nos sertões cearenses, e transitava pelo mundo afora, levando a família a tiracolo. Ele enfatiza que, embora tenha nascido em Maranguape, só veio a conhecer essa cidade já rapaz, e tem vagas lembranças de momentos que ele viveu em curtíssimas idades, talvez um prenúncio de sua personalidade singular. Ou de sua mediunidade. Portanto, acompanhando as andanças de seu pai, lembra-se que com um ano e meio esteve em Pentecoste e com dois anos e meio em Sítios Novos. As lembranças ficam mais aguçadas sobre suas vivências após os quatro anos de idade, e em vários momentos de nossa entrevista ele revela sua memória prodigiosa, seja das coisas do passado ou do presente.

Pai Neto conta que mal começou a adolescência, entre os 13 e os 18 anos, foi trabalhar como peão na fabricação de cachaça. Aos 14 anos fez um curso profissionalizante sobre fermentação. Relembra o emprego na fábrica

Três Trincas, em Água Verde dos Máximos, em Palmácia, e de uns meses que passou em Pernambuco, trabalhando na fábrica da famosa aguardente Pitu. Cansado de uma lida extenuante, que às vezes implicava em 18 horas de trabalho/dia, foi buscar um meio de vida mais ameno. Foi assim que passou a acompanhar o mestre Manuel Cobra e ganhou os sertões montando engenhos e alambiques. Fizeram serviços em uma área que tinha como extremos, Jati, no sul do Ceará, e Açailândia, no oeste do Maranhão.

A conversa segue no pequeno escritório quando telefone na mesa toca e Pai Neto pede licença para atender. É uma ligação de Pai Ricardo, outro pai de santo bastante conhecido no Bom Jardim. Aproveito o ensejo para uma examinada discreta ao redor. É quando observo melhor os três tambores encimados em um móvel. Pergunto se são atabaques, e Pai Neto responde que sim, no Candomblé. Esclarece, porém, que no culto do qual é sacerdote tem outro nome, *Ilu*, um vocábulo da língua mina, africana, de seus ancestrais e das raízes do culto praticado em seu terreiro. É o mote para conversarmos sobre Umbanda, uma religião marcante, do qual ele é um dos sacerdotes mais queridos e conceituados no Grande Bom Jardim.

É quando ele retorna aos fatos de sua infância e informa que aos 8 anos passou a sentir “presenças”. Não as via, mas ouvia vozes. Sua avó fazia trabalhos e explicou que o que ele escutava era a fala dos seus antepassados,

que, mesmo mortos, insistiam em se comunicarem com os vivos. Com 12 anos, persistindo os prodígios de sua mediunidade, uma tia o levou para a serra, em Pacoti, onde tinha parentes que praticavam Ciências Ocultas. Lá, conheceu uma casa que só cultuava Exu (ou Exum), a Casa do Espinho Vermelho. A partir daí, passou a frequentar terreiros.

Anos depois, sentindo necessidade de embrenhar-se nos segredos da religião, pediu ajuda a sua avó, que o enviou para São Luís do Maranhão, para iniciar-se com uma parenta, bem velhinha, que residia na rua da Cruz, no Conjunto João Paulo. Foi ela que o encaminhou para maiores conhecimentos, como ter ciência da Divisão de Linha, do Galope das Correntes, que é conhecer como está o médium em termos de contato com o mundo espiritual. Solicitado para explicar melhor, ele falou que existem sete correntes, representadas por sete orixás no seu terreiro; o sincretismo religioso os correlaciona com santos católicos. A corrente astral é representada por Oxalá (o Filho do Pai); a do vento, por Iansã (Santa Bárbara); a dos metais, por Ogum (São Jorge); a das águas, Iemanjá (Nossa Senhora); a das matas, Oxóssi (Dom Rei Sebastião); a da terra, Omulu (São Roque); e Xangô (São Miguel) representa a corrente dos raios e do fogo. As correntes galopam quando esses orixás se fazem presentes nos médiuns, preparando-os para incorporar entes do mundo espiritual. É que os médiuns, no ritual de Umbanda, são denominados cavalos que galopam.

Pai Neto fala que esteve no Bom Jardim pela primeira vez no ano de 1978, durante uma campanha eleitoral, quando comícios de candidatos eram dissolvidos à pedrada por cabos eleitorais de candidatos oponentes. Foi quando conheceu a moça com quem se casou no ano seguinte, fixando residência no bairro. No final de 1982, como não tinha autorização para botar terreiro, foi ao Maranhão obter a “obrigação”, pré-requisito indispensável, voltando nos primeiros meses de 1983. Foi aí que abriu o seu terreiro, em uma casa alugada, situada na rua Maria Júlia, 135. Só então em 1986 instalou-se no terreno que hoje sedia a Sociedade de Umbanda São Miguel.

A rua Medelin, então, tinha apenas cinco casas e era cercada de matas por todos os lados: “Nós íamos fazer trabalho no mato”. No início, ele instalou uma escolinha no local, buscando diminuir um pouco a enorme carência de vagas no ensino fundamental do bairro. Quando escolas públicas foram construídas, a sua perdeu o sentido de existir e o trabalho do Centro foi direcionado para outras áreas. Aí fez uma parceria com o SESC, para a complementação alimentar de 40 famílias, e se colocou entre as entidades do Bom Jardim que lutam pelos direitos sociais, bem sintonizados com Xangô, o orixá mais cultuado em seu terreiro, protetor dos que buscam justiça. Xangô é São Miguel para os que se fazem presentes tanto nos terreiros quanto nas missas católicas e no catolicismo popular, para o qual é o príncipe da milícia

celestial, aquele que combate Satanás desde o princípio dos tempos, portanto o santo e orixá da justiça.

No que diz respeito a outros serviços prestados, dando foco à magia para o bem-estar dos que estão aflitos, Pai Neto fala sobre alguns recursos utilizados pelos seguidores de Umbanda, como defumação, banho de ervas e passes, que para realizá-los necessita sintonia com o mundo espiritual. Ainda no atendimento às aflições, os pretos velhos ancestrais, através dos médiuns, podem dar orientações, conselhos e até carões, quando é necessário. Os pretos velhos são mal-humorados como nossos avós, mas paradoxalmente levam harmonia para os corações, em consequência, para o ambiente onde se fazem presentes.

E qual a missão de um sacerdote de Umbanda? Segundo Pai Neto, além de promover o bem-estar das pessoas, é transmitir para as novas gerações os conhecimentos e os mistérios do mundo espiritual herdados de um passado distante do continente africano. Desvendamos um pouco desses mistérios quando adentramos na parte da construção designada para os ofícios religiosos, onde está o terreiro propriamente dito. No salão, além de espaços vazios, vemos imagens variadas, de um colorido que causa o sentimento de se estar em outra dimensão da existência. Assim, de cara, vemos uma Nossa Senhora de Fátima, que, pelo costume do terreiro de celebrar o santo católico de cada mês, casualmente está próxima de imagens em gesso

representando os entes do universo espiritual pagão, com raízes na África e nas matas brasileiras.

Assim, vemos a imagem do príncipe Gerson da Guine, do Negro Chico e do Sultão das Matas, que, embora representado por um índio, é um mouro que veio ao Brasil e se encantou em nossas florestas. João Pescador, o mesmo Jonas engolido pela baleia em um livro do Velho Testamento está próximo de São Cipriano, o que compilou rezas bravas em livro. Seu Légua, o Guardião das Matas, está próximo da imagem da Sagrada Família. Ogum, o orixá ferreiro, divide espaços com São Sebastião, com Santa Luzia protetora da visão, Padre Cícero e São Jerônimo, um dos doutores da Igreja Católica, de longas barbas e livro aberto. Devido aos umbandistas acreditarem nos três elos da vida, um ponto central do salão é demarcado por uma comprida estaca com listas pretas, vermelhas e brancas: os três anéis da grande cobra.

Um olhar em volta nos mostra alguns adereços utilizados na liturgia do terreiro. A capa vermelha é usada quando o médium incorpora o espírito de Luís da Vaquejada e a capa preta quando incorpora Exu. Vemos muitos chapéus, nenhum igual, que em algum momento do culto vão estar na cabeça de algum médium. O fato é explicado por Pai Neto. Ele diz que os ancestrais escravos eram proibidos de usar essa parte da indumentária, por isso, quando se incorporam nos médiuns, pedem que eles o usem, como

símbolo de libertação. O chapéu de marinheiro é usado quando o Príncipe Sibamba, patrono dos marujos, galopa em um dos cavalos.

Eis que vemos um quarto com uma bela composição de sombra e luz. É o Gongá, o altar, com os três níveis de entidades do mundo espiritual. Embaixo, os antepassados como um preto velho, um caboclo e uma criança da mata do Tururu, uma região maranhense. No meio, os encantados, representados por Zé Pelintra, chapéu na cabeça, esguio e vestido elegantemente com um terno branco. Em cima, Santa Ana, avô de todos, e, representando a Corte Celestial, Oxalá e São Miguel (Xangô), o padroeiro.

É sensível a presença de todas essas entidades nas ruas, praças, cozinhas, quintais, terrenos baldios e matas ainda existentes no Grande Bom Jardim. É o elemento espiritual marcante que diferencia o bairro de outros bairros, com as centenas de gongás em tantos quintais, resistindo vitoriosamente diante da guerra santa contra eles atizada pelo fundamentalismo religioso.

Adaías

Jerusalém é uma das comunidades do Grande Bom Jardim. E é lá, em um terreno de ocupação, em uma casa instalada em uma área de 4/12 metros, que reside Adaías. Para dar mais espaço e conforto à família, ele construiu um sobradinho ao alto, o que praticamente dobrou o espaço coberto da residência. Adaías trabalha, faz 19 anos, em uma livraria no bairro universitário Benfica, e fez muitas amizades entre os intelectuais que frequentam o local. Casou-se bem jovem e tem uma filha de 10 anos e um filho de 17 que, por enquanto, ele enfatiza, está trabalhando com ele na livraria. Por enquanto porque o jovem teve que parar de estudar devido a um problema de vista, e enquanto espera a cirurgia reparadora, fica perto do pai, fazendo serviços possíveis, longe das tentações e dos perigos da ociosidade, mãe de todos os vícios.

A vinda para Fortaleza remonta a uma trágica manhã do ano de 1976, na localidade de Vapor, no alto da serra de Itapajé, quando ele tinha três meses de idade. Foi quando uma briga de marido e mulher descambou para o assassinato a facadas de uma tia sua (esposa do assassinado), de seu avô e de sua avó. Esse caso sangrento tornou impossível a permanência da família no local e eles migraram para Fortaleza, sendo que seu pai, ajudado pelos

irmãos, ganhou um terreno e construiu uma casinha no Canindezinho, onde atualmente reside e onde Adaías viveu até os 19 anos de idade. Dessa época, Adaías lembra-se que as matas eram muitas, poucas eram as casas e as noites eram medonhas de tão escuras.

Entre outras recordações, lembra-se da escola em que aprendeu as primeiras letras, uma escolinha da comunidade, em que as aulas aconteciam no interior da Igreja de São Francisco, no Canindezinho, com direito à merenda e a receber escova e pasta de dentes. Lembra-se da época em que, por amor à folia, passou uma temporada participando do grupo folclórico Pé no Chão, coordenado por dona Bernadete, a cantora, e os filhos dela, músicos, que ainda hoje prestam enormes serviços ao Grande Bom Jardim e se apresentam em vários estados nordestinos, principalmente por ocasião das festas juninas. Lembra-se, cheio de saudades, das caminhadas pelas matas colhendo frutas, das pescarias e dos banhos que tomava no rio Maranguapinho, então um rio limpo e piscoso. Lembra-se das partidas de futebol.

O futebol é parte importantíssima da vida de Adaías. Ele, aos 10 anos, já jogava, e aos 12, devido a sua habilidade, não era mais aceito nos jogos de crianças, a não ser como goleiro. Então participava de times de adultos, como atacante, em pé de igualdade com os mais velhos. A primeira camisa que vestiu foi a do Ouro Preto, competindo com os times do Mondubim, Santa Rosa e de

comunidades do Grande Bom Jardim. Tentou estrear no futebol profissional, mas o pai, relutante, desaconselhou-o a seguir esse caminho, por ele ser muito jovem, e não dava pra saber quais companhias ele teria fora do controle paterno. Ficou, então, até os 35 anos de idade jogando o seu futebolzinho de várzea.

Hoje, com as chuteiras já penduradas, continua a participar, como incentivador, da vida futebolística do bairro. Cita times que hoje atuam: Holanda, Fluminense, Fiorentina, Popular e Realmaguin. São equipes que treinam e jogam em espaços alugados. Antes, a dez ou quinze anos atrás, havia muito campo de futebol, mas as ocupações desordenadas suprimiram muitos deles. Cada time, antes, tinha seu próprio campo, e tinha, nos campeonatos, o sistema de “um jogo no meu e outro no teu”. Ele conta o caso de um clube que garantiu o seu campo com os jogadores ocupando partes do terreno durante uma invasão.

Sobre o que o bairro necessita para se tornar melhor, além da reivindicação que cada comunidade tenha seu posto de saúde, Adaias atenta para a necessidade de uma vila olímpica, com vários campos de futebol e quadras para a prática de outros esportes, com o intuito de tornar mais alegre e saudável a vida dos moradores. No que tange à violência, ele diz ser um fato com o qual se tem que aprender a conviver, como também se sente muito triste ao assistir pessoas que ele viu nascer, hoje viciadas em *crack*,

destruindo todas as perspectivas de uma vida melhor, pelo risco de serem mortas devido às dívidas. No contraponto dessas reflexões, salienta os que buscam destinos mais aprazíveis, como os cantores de serestas, os integrantes de bandas de rock ou de grupos de pagode. É gente como ele, que trabalha, cria os filhos e cultiva a esperança. Uma de suas esperanças é que esse programa de revitalização do rio Maranguapinho, ora em andamento, não seja apenas um paliativo, mas que de fato devolva ao rio a limpeza, os pitus e os peixes que ele pescava na infância.

Epílogo

A banda de rock, o gongá, o fundo do quintal, bananeiras, galinhas ciscando, a procissão, a roda-gigante luminosa, o circo, o espetinho na esquina, algaravia da meninada, a cadeira na calçada, a seresta, a noite, o sono, galos cantando ao amanhecer, o futebol de várzea, o deslumbre das serranias no horizonte e tantas outras imagens do Grande Bom Jardim. Quão idiota é o preconceito!

Referências Bibliográficas

ABREU, Paulo Renato. *Longe do bem bom*. Jornal O Povo, Fortaleza, 19 de maio. 2014. Vida e Arte.

ALMEIDA, Adriano Paulino de; FERREIRA, Raimundo Ruberval. *(Grande) Bom Jardim: Memória Social e Museografia Comunitária como Estratégias Discursivas de uma Política de Representação*. Fortaleza, 2014. Tese. Curso de Sociologia. Universidade Estadual do Ceará. 2014.

ARAÚJO, Joaquim. *A Influência das Religiões Matrizes Afro na Filosofia da Vida na Periferia*. Fortaleza, 2005. Curso de Filosofia. Universidade Estadual do Ceará. 2005.

COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. Tradução: Fernando de Aguiar. São Paulo. Martins Fontes, 2000.

LIMA, Iolanda. *História do Ponto de memória – Bom Jardim – Cordel*. Fortaleza. 2012. 22p.

MAPURUNGA, José. *A construção de uma fortaleza*. 1. Ed. – Fortaleza. Ed. IMEPH, 2014. 184p.

MOREIRA, Francisco Giovanni Pimentel. *O capital imobiliário e a produção urbana de Fortaleza: estudo de caso para o período de 1950-1970*. Fortaleza, 2004. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal Do Ceará. 2004.

PORTAL INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Programa Pontos de Memória*. Disponível em: < <http://www.museus.gov.br/>. Acesso em: 11/06/ 2014.

Este livro foi impresso em Fortaleza (CE), no outono de 2015.
A fonte usada no miolo é Times New Roman, corpo 11/13,5.
O papel do miolo é pólen 90g/m², e o da capa é cartão supremo 250g/m².